

Resumo de notícias econômicas

17 de Dezembro de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 236

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 17 DEZEMBRO DE 2021

- BlackRock lança novos ETFs na B3 para investimento global
- Moedas digitais alterarão a dinâmica econômica mundial
- CÂMARA APROVA PROJETO DE REFIS PARA SIMPLES E MEIS
- STF: MAIORIA DECIDE QUE ALÍQUOTA MENOR DE ICMS DE ENERGIA E TELECOM VALE EM 2024
- IPEA REVISA PROJEÇÃO DE PIB AGROPECUÁRIO EM 2021 PARA QUEDA DE 1,2%; PARA 2022, PREVÊ ALTA DE 2,8%
- Cade aprova fusão entre locadoras
- Multilaser amplia parcerias com marcas estrangeiras
- Leilão de R\$ 11 bilhões será a grande oferta de áreas petrolíferas
- *O destino do Brasil em 2022 é exportar Selic*
- Parceria com agência de fomento agilizará crédito rural em SP
- Projeto para geração própria de energia vai para sanção
- Juro alto em país rico tende a afastar investidor do Brasil

BlackRock lança novos ETFs na B3 para investimento global (17/12/2021)

Estadão

Focando em investimentos internacionais, a gestora BlackRock e a B3 lançam 20 novos Brazilian Depositary Receipts (BDRs) de fundos de índice (ETF, na sigla em inglês).

Dessa forma, investidores brasileiros podem comprar ativos que replicam mercados, setores e empresas específicas listadas nos Estados Unidos.

Além de segmentos como tecnologia, aeroespacial e imóveis, os brasileiros podem ter acesso a índices de ações de empresas chinesas, indianas, europeias, além de grupos de países desenvolvidos ou emergentes. Todos os ativos já estão disponíveis por meio das corretoras brasileiras. A maioria dos novos ETFs seguem índices do Morgan Stanley Capital International (MSCI), um dos principais termômetros do mercado acionário mundial. De acordo com a BlackRock, o lançamento busca oferecer maiores possibilidades de estratégias e diversificação, para reduzir a volatilidade das carteiras.

Para a CEO da BlackRock no Brasil, Karina Saade, a compreensão dos benefícios dos ETFs é cada vez mais amplificada. “Os investidores brasileiros entendem cada vez mais as vantagens e atributos dos BDRs de ETFs: eficiência, transparência, baixo custo, simplicidade, acessibilidade, ou seja, a forma mais simples e barata de acessar mercados globais, com a liquidez de uma ação e os benefícios de um veículo diversificado e transparente”, afirma Saade. A BlackRock ainda explica que outra novidade é a inclusão de estratégias de fatores que podem acessar variáveis específicas como menor volatilidade, empresas de crescimento (growth), empresas de valor (value), companhias de destaque no momento ou tamanho da capitalização.

Moedas digitais alterarão a dinâmica econômica mundial (17/12/2021)

Estadão

A popularização das criptomoedas estimulou os Bancos Centrais de vários países a tentar remodelar os seus sistemas financeiros para o mundo digital. O processo inclui o desenvolvimento de CBDCs (Central Bank Digital Currency, na sigla em inglês) que são formatos virtuais de moedas tradicionais, mas que carregam a mesma credibilidade

monetária. A nova tecnologia além de possibilitar mais agilidade para as transações financeiras pode auxiliar no combate a crimes de lavagem de dinheiro e trazer redução de gastos às instituições. Até o momento, nove países já lançaram suas moedas digitais, segundo Atlantic Council, organização internacional e apartidária dos Estados Unidos. A lista inclui países como o Bahamas, que lançou Sand Sollar em março do ano passado. Outras nações caribenhas também seguiram o mesmo percurso. Além disso, outros 14 países, incluindo China e Coréia do Sul, estão com seus CBDCs em estágio piloto e preparando para um possível lançamento das suas moedas.

O movimento atual corresponde a uma necessidade dos Bancos Centrais de modernizar e manter a soberania do sistema financeiro. De acordo com Willer Marcondes, sócio da PwC Brasil, as autoridades monetárias precisam liderar esse processo para garantir o controle das transações financeiras. “Se os ativos digitais (criptomoedas) ganharem força e os BCs não liderarem a iniciativa no começo, eles (as instituições financeiras) não vão conseguir manter os seus modelos (os CBDCs) como preponderantes”, avalia.

Mas para além disso, a mudança traz benefícios tanto para as autoridades monetárias quanto para a sociedade. De acordo com Fernanda Mansano, economista chefe do TC, com os CBDCs, as instituições financeiras terão mais facilidade de rastrear as transações financeiras dentro de um país, o que pode contribuir para o combate de crimes, como a lavagem de dinheiro.

CÂMARA APROVA PROJETO DE LEI DO REFIS PARA SIMPLES E MEIS (17/12/2021)

Jornal Valor Econômico

A Câmara aprovou o projeto de lei do Refis (parcelamento de débitos tributários) para empresas do Simples e Microempreendedores Individuais (MEIs) afetados pelos efeitos econômicos da pandemia de covid-19. Foram 382 votos a favor e 10 contra. Como já havia passado no Senado, a matéria vai agora para sanção presidencial.

A medida, que dá desconto de até 90% em multa e juros e de 100% nos encargos legais para os débitos contraídos por pequenas empresas e MEIs na pandemia, foi batizada de Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do

Simples Nacional (Relp). O relator do projeto, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), antecipou que cerca de R\$ 50 bilhões em dívidas dos pequenos negócios deverão ser renegociados. Os empresários poderão pagar a entrada, que precisa ser dada em até dez vezes, e terão depois mais 180 meses (15 anos) para quitar o restante da dívida.

Pelo parecer de Bertaiolli, aprovado, no caso dos pequenos negócios, os empresários que tiveram queda de faturamento acima de 80% ou inatividade poderão pagar uma entrada de 1% e receber desconto de 90% da multa e juros e de 100% dos encargos legais. Essa é a condição mais vantajosa para as empresas que sofreram mais durante a pandemia. As empresas terão o primeiro trimestre de 2022 para fazer a adesão ao programa de refinanciamento de dívidas contraídas até o final deste ano.

STF: MAIORIA DECIDE QUE ALÍQUOTA MENOR DE ICMS DE ENERGIA E TELECOM VALE EM 2024 (17/12/2021)

Estadão

O STF formou maioria qualificada, de oito votos, para estabelecer que a decisão que declarou inconstitucional aplicar alíquotas majoradas de ICMS para empresas dos setores de energia e telecomunicações vale somente a partir de 2024.

Com a decisão, o Supremo atendeu ao pleito de governadores, que solicitaram à Corte a modulação do julgamento. Caso os entes tivessem de aplicar a decisão já a partir de 2022, como inicialmente sugeriu o ministro Dias Toffoli, o impacto anual para as contas públicas, segundo os Estados, poderia chegar a R\$ 27 bilhões anualmente.

A decisão se refere a um processo envolvendo o Estado de Santa Catarina, movido pelas Lojas Americanas, em repercussão geral. O Estado tem uma alíquota de 25% de ICMS para os setores elétrico e de comunicação, frente a uma alíquota geral de 17%. O Supremo entendeu na ocasião que essa diferença é inconstitucional, já que os bens e serviços desses setores são essenciais.

IPEA REVISAR PROJECÃO DE PIB AGROPECUÁRIO EM 2021 PARA QUEDA DE 1,2%; PARA 2022, PREVÊ ALTA DE 2,8% (17/12/2021)

Broadcast

O Ipea informou que revisou sua estimativa para PIB do setor agropecuário de 2021 e agora, ao invés de crescimento de 1,2%, espera queda de 1,2%. O principal motivo para a alteração, segundo o instituto, foi a mudança dos números do PIB do setor em 2020 feita pelo IBGE. Os pesquisadores do Grupo de Conjuntura do Ipea levaram em consideração a queda da produção de bovinos no terceiro trimestre deste ano e as reduções do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) para as produções de milho, cana-de-açúcar e laranja.

Na divulgação do resultado do PIB do terceiro trimestre, o IBGE informou revisão das séries de Contas Nacionais Trimestrais (CNT). Agora, o instituto considera que o PIB da agropecuária cresceu 3,8% em 2020, e não mais 2%, o que elevou a base de comparação com 2021. O novo resultado, lembrou o Ipea, é explicado pelas novas informações disponíveis nas pesquisas estruturais anuais do IBGE, como a de Produção Agrícola Municipal (PAM) e a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), divulgadas em outubro, que mexeram com os resultados de 2020 da produção vegetal e animal.

De acordo com o Ipea, sua estimativa de PIB da produção vegetal em 2021 passou de crescimento de 1,2% para queda de 2,6%. O desempenho negativo sustentase nas estimativas de quedas elevadas na produção de seis das sete culturas mais importantes. Apenas a produção de soja deve crescer em 2020, conforme o Ipea, 10,5%. O clima levou à queda da safra de cana-de-açúcar em 8,3% e de laranja, em 13,8%.

No caso da produção animal, a nova estimativa do Ipea para o valor adicionado ou PIB em 2021 é de recuo de 0,7%, ante previsão anterior de alta de 1,2%. "Apesar de altas elevadas nas produções de suínos (+ 8,7%) e aves (+4,5%), a piora se deve à queda muito forte, no terceiro trimestre, na produção de dois produtos de maior relevância no componente: bovinos (-8,9%) e leite (-4,9%)", informou o instituto em nota.

O PIB da produção vegetal em 2022 foi revisto de 3,9% para 2,6% (levando em consideração o prognóstico de safra do IBGE), enquanto a estimativa para o da produção animal mudou de alta de 2,2% para 3,6%, em razão da projeção de crescimento em todos os segmentos e desaceleração para as proteínas substitutas da carne bovina.

Cade aprova fusão entre locadoras (17/12/2021)

Broadcast

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou ontem, com restrições, a compra da Unidas pela Localiza em julgamento apertado, por 3 votos a 2. Os termos do acordo, sigilosos, não foram divulgados pelo Cade, mas para a aprovação, as empresas se comprometeram com diversas medidas, entre elas, vender mais de 70 mil veículos, se desfazer da marca Unidas e negociar uma parcela das agências localizadas em municípios nos quais os índices de concentração de mercado são mais elevados. Além disso, a Localiza não poderá comprar empresas do mercado de locação de veículos por três anos e deverá notificar o órgão sobre qualquer operação realizada no mercado de gestão e terceirização de frotas nos próximos cinco anos.

O acordo envolve o fim de uma cláusula de não concorrência no contrato firmado em 2020 entre a Localiza e a empresa norte-americana Vanguard, dona das marcas Enterprise, National e Álamo. Agora, se quiser, a Vanguard pode operar no Brasil e rivalizar com a empresa no mercado de locação de veículos.

O acordo firmado entre as empresas e o tribunal do órgão é mais duro do que o negociado com a Superintendência-geral do Cade, área técnica do órgão, que, em setembro, havia sugerido a aprovação da operação ao Tribunal, com restrições mais brandas. A Localiza anunciou a fusão com a Unidas em setembro de 2020, o que criaria uma empresa com valor de mercado de R\$ 50 bilhões e uma frota de 470 mil veículos, com presença em países como Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai.

Multilaser amplia parcerias com marcas estrangeiras (17/12/2021)

O Estado de S. Paulo.

Criada no fim dos anos 1980 como recarregadora de cartuchos de impressora, a fabricante e distribuidora de produtos de tecnologia Multilaser tem ampliado sua oferta de marcas internacionais e firmado parcerias com nomes de grande fama, mas pouca presença no Brasil. Após se associar a gigantes como Nokia, Toshiba e Sony, agora a empresa fechou contrato com a Targus, conhecida especialmente pelas mochilas para carregar equipamentos tecnológicos.

Trata-se da nona parceria global da Multilaser. Além das parcerias, o “menu” da companhia inclui eventuais aquisições para complementar sua prateleira. A empresa está com o caixa recheado depois de IPO neste ano, em uma operação que movimentou R\$ 1,9 bilhão. O vice-presidente de produtos da Multilaser, André Poroger, diz que a parceria permite que a companhia amplie seu portfólio para itens aos quais não é necessariamente associada. No caso da Targus, a parceria ajudará a empresa a chegar ao mercado premium. “Os produtos da Targus vão complementar a linha da Multilaser. Já atuamos com uma linha (de mochilas) mais de entrada”, diz o executivo. Para a Targus, que fabrica seus produtos principalmente na Ásia, a parceria com a Multilaser poderá ajudar a dobrar as vendas no País em um ano. O trunfo da Multilaser para atrair parceiros está na sua presença em 44 mil pontos de venda em todo o País.

Desde a abertura de capital, em julho, os papéis da companhia têm sofrido na Bolsa: hoje, são negociados 26% abaixo do valor do IPO. Para o executivo da Multilaser, o desempenho reflete o desânimo com a economia nacional. “Hoje o mercado financeiro está mais olhando o cenário macro do que para as empresas”, diz.

Leilão de R\$ 11 bilhões será a grande oferta de áreas petrolíferas (17/12/2021)

Jornal Valor Econômico

O leilão de áreas no pré-sal é considerado pelo mercado a última grande oferta de blocos para exploração e produção de petróleo do país, diante do fim do estoque de áreas de elevado potencial no litoral brasileiro e de pressões crescentes pela transição energética. No leilão, o governo tentará conceder duas áreas com descobertas na Bacia de Santos, que haviam sido oferecidas ao mercado em 2019, mas não atraíram interesse. Para esta tentativa, o valor dos bônus de assinatura foi reduzido em 70%.

São áreas do excedente da cessão onerosa, descobertas feitas pela Petrobras durante a exploração de blocos que obteve em troca de ações em seu processo de capitalização de 2010, mas que ultrapassam os limites sob domínio da estatal. Os blocos Sépia e Atapu têm bônus de assinatura de R\$ 7 bilhões e R\$ 4 bilhões, respectivamente. Em leilões do pré-sal, o bônus é fixo e a disputa é vencida pela empresa ou consórcio que se comprometer a entregar o maior volume de produção ao

governo. Segundo a ANP, 11 empresas estão habilitadas para fazer ofertas, entre elas a Petrobras, que tem direito de preferência previsto em lei que lhe garante decidir se participa do consórcio operador mesmo em caso de derrota no leilão.

O governo estima que as atividades em Sépia e Atapu demandarão R\$ 204 bilhões em investimentos, com a geração de 160 mil empregos. A produção esperada para as duas áreas tem potencial para ampliar em 12% a produção nacional de petróleo.

Para especialistas, os resultados dos últimos leilões e as pressões cada vez maiores por restrições a combustíveis fósseis indicam que o Brasil não terá mais ofertas deste porte. O último leilão realizado pelo governo, em outubro, havia sido o pior desde a abertura do setor, em 1999. Nele, foram arrematadas 5 de 92 áreas oferecidas, com arrecadação de R\$ 370 milhões, a menor entre todas as concorrências já feitas pela ANP com oferta de áreas marítimas. O número de participantes foi o menor da história.

O destino do Brasil em 2022 é exportar Selic (17/12/2021)

Folha de São Paulo

Paraíso dos rentistas e inferno dos empreendedores", assim o ministro da Economia Paulo Guedes se referia ao país cujo destino econômico parecia estar em suas mãos, em 2019. Três anos após sua posse, nossa taxa de juros em direção aos dois dígitos. Um cavalo montado por rentistas pisoteando empreendedores pelo caminho. Afinal, dinheiro caro é bom para quem empresta e péssimo para quem precisa. A inflação é global, tal qual a pandemia e a necessidade de estimular a economia. E combatê-la passa por aumentar a Selic. O problema é como os aumentos não estão servindo para combater a dolorosa inflação. O motivo é o que, no mercado, chamam de desastre fiscal. O cenário é tão ruim, que se comemora até a institucionalização do calote, com a PEC dos Precatórios. Trata-se da formalização de que o governo não vai mesmo pagar suas dívidas —reconhecidas e, até então, garantidas pelo Judiciário.

Nesta semana, entrou nesta conta a decisão do banco central dos Estados Unidos (Fed) de reduzir os estímulos à economia de forma drástica já em janeiro, com a perspectiva de três altas de 0,25% na taxa de juros em 2022. Como isso vai encarecer o dinheiro (e atrair os rentistas) por lá, vem mais chicotada no cavalo da Selic por aqui.

A partir do momento em que emprestar dinheiro nos EUA torna-se uma opção interessante para os donos dos grandes cofres, aportar nos mercados emergentes, como o Brasil, passa a ser menos atraente. Acirra-se, assim, a disputa pelos investidores dispostos a correr mais riscos, com países como Chile, Peru e África do Sul...

O ideal, claro, era termos um governo disposto a apostar em aumento da segurança institucional e em firmar compromissos, mas, a solução simples —e ineficaz— já esperada é aumentar a Selic. Por isso, os próximos aumentos já são previstos pelo mercado, ou, no termo técnico, já estão "precificados". Com essa precificação, o investidor de renda fixa consegue encontrar oportunidades interessantes. Ano passado, uma boa debênture (título de dívida de empresa privada) pagava IPCA + 4%, o que significa receber de volta seu dinheiro corrigido pela inflação mais uma taxa de 4% ao ano, no vencimento do título. Hoje, há boas empresas oferecendo IPCA + 6%.

Parceria com agência de fomento agilizará crédito rural em SP (17/12/2021)

Broadcast

Pequenos e médios produtores rurais de São Paulo poderão receber crédito do governo estadual em até cinco dias, segundo a Wiz BPO, empresa que fechou parceria com a agência de fomento Desenvolve SP para agilizar o acesso a financiamentos destinados ao agronegócio.

A agência dispõe de R\$ 100 milhões para financiar agricultores cuja produção sofreu impactos de variações climáticas durante a pandemia do coronavírus. Os produtores podem tomar empréstimos até R\$ 80 mil e associações e cooperativas, até R\$ 1,5 milhão, com taxas de juros subsidiadas. Para solicitar o crédito o produtor ou associado deve procurar as Casas da Agricultura e os Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDRs) espalhados pelo estado.

Projeto para geração própria de energia vai para sanção (17/12/2021)

Broadcast

A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que estabelece que consumidores que produzam e utilizem fontes de energia renovável, como a solar,

paguem uma tarifa pelo uso de fios de distribuição de energia.. Com isso, o projeto segue para sanção do presidente Bolsonaro. A tramitação do projeto foi cercada por pressão de microgeradores de fontes de energia renovável, e de distribuidores de energia, que exigiam a cobrança da tarifa de uso do sistema de distribuição correspondente ao custo do serviço prestado pela própria empresa. A controvérsia tinha como foco micro e minigeradores de energia, que são aqueles que consomem energias renováveis que eles próprios produzem. É o caso de quem instala placas fotovoltaicas em casa ou na empresa para aproveitar a energia solar. São 700 mil unidades consumidoras de energia solar, o que responde por 98% da geração distribuída, de acordo com a Absolar. Apesar de gerar parte da energia que utiliza, esse consumidor precisa estar conectado a uma distribuidora de energia. As distribuidoras trabalham com um sistema de compensação, que é um balanço do que o usuário produziu e o que consumiu de energia. Ao fim do mês, ele paga para a empresa ou recebe dela a diferença entre o que injetou na rede e o que usou.

No entanto, ficavam de fora da conta alguns encargos setoriais pagos por consumidores comuns, como a tarifa de uso do sistema de distribuição. Em 2012, uma resolução da Aneel regulamentou a atividade de minigeração e microgeração distribuída, com uma previsão de que o tema fosse revisado em 2019. Uma das principais críticas era a de que o subsídio era destinado a consumidores que não precisariam desse alívio financeiro --ou seja, de renda maior. Para os novos projetos, há uma transição. Os consumidores que participarem do sistema de compensação pagarão somente a tarifa por uso da rede de distribuição sobre a parcela da energia elétrica excedente que foi compensada.

***Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do
Governo do Estado do Ceará.
Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br***

INDICADORES ECONÔMICOS ESOCIAIS

Atualizado 01.12.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	6,24
Brasil	1,78	1,41	-4,06	5,02

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ BILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155,9	167,0	168,3	193,6
Brasil	7.004,1	7.407,0	7.447,9	8.468,1

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,29
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 29/09/2021.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão.

ÍNDICE DA ATIVIDADE ECONÔMICA REGIONAL - VARIAÇÃO ACUMULADA (%)							
REGIÃO/ANO	2018		2019		2020		2021
	JAN-SET/18	JAN-DEZ/18	JAN-SET/19	JAN-DEZ/19	JAN-SET/20	JAN-DEZ/20	JAN-SET/21
Ceará	1,79	2,03	2,09	2,36	-2,79	-1,88	3,67
Nordeste	1,69	1,64	0,42	0,61	-2,77	-1,94	3,86
Brasil	1,11	1,25	0,88	0,99	-5,11	-3,94	5,88

Fonte: Banco Central.

Nota: base: igual período do ano anterior

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-OUT)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Exportações	1.878,86	1.935,10	1.583,74	2.184,80	37,95
Importações	2.201,03	1.976,03	2.001,93	2.927,15	46,22
Saldo Comercial	-322,17	-40,93	-418,20	-742,36	77,51

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até outubro)
Brasil (R\$ Tri)	3,26	3,48	4,02	4,50
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	98,25

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE – CEARÁ				
	Variação Acumulada de Janeiro a Setembro			
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,6	1,4	-12,0	11,9
Pesquisa Mensal de Serviços	-8,4	-0,8	-15,1	11,1
Vendas Mensais do Varejo Comum	2,7	-1,5	-9,2	-0,8
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	3,2	2,7	-8,4	10,5

Fonte: IBGE e FGV.

Nota: base: igual período do ano anterior

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018.4	2019.4	2020.4	2021.2
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	12,4
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	46,7
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.408 (100%)
Força de trabalho (mil) (a=b+c)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.952 (53%)
Ocupada (mil) (b)	3.676	3.762	3.260	3.460
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.618
Informal (mil)	2.046	2.060	1.726	1.842
Desocupada (mil) (c)	412	423	549	492
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.456 (47%)
Desalentados (mil)	328	358	466	384
Rendimento médio, estimava real, de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (em R\$)	1.525	1.685	1.656	1.694

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021* (Até outubro)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.478.563	1.441.497	1.514.244
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.548.407	8.368.329	8.794.560
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	46.716.492	46.236.176	48.882.150
CE/NE (%)	17,34	17,11	17,15	17,02	17,30	17,23	17,22
CE/BR (%)	3,21	3,13	3,17	3,16	3,16	3,12	3,10
NE/BR (%)	18,52	18,32	18,46	18,54	18,30	18,10	17,99

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

Nota: * O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

Movimentação do emprego formal – Ceará – 1996 – Outubro/2021

Ano Declarado	Admitidos	Desligados	Saldo
2021*	410.704	337.957	72.747
2020*	373.004	366.751	6.253
2019	372.926	363.380	9.546
2018	376.722	357.097	19.625
2017	365.964	371.270	-5.306
2016	386.494	423.395	-36.901
2015	461.644	497.486	-35.842
2014	540.098	498.154	41.944
2013	523.674	477.859	45.815
2012	481.466	451.338	30.128
2011	489.918	443.892	46.026
2010	448.201	375.414	72.787
2009	379.204	314.768	64.436
2008	345.458	304.017	41.441
2007	295.833	256.111	39.722
2006	267.041	233.481	33.560
2005	240.637	209.762	30.875
2004	227.205	195.965	31.240
2003	210.583	191.938	18.645
Subtotal	7.196.776	6.670.035	526.741
2002			30.831
2001			17.081
2000			17.779
1999			5.823
1998			-7.460
1997			4.031
1996			1.463
Total			596.289

Fonte: Ministério da Economia/ NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN-OUT)					
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Abertura	60.237	73.095	73.714	94.621	28,36
Fechamento	67.510	26.764	22.811	32.326	41,71
Total	-7.273	46.331	50.903	62.295	22,38

Fonte: JUCEC.

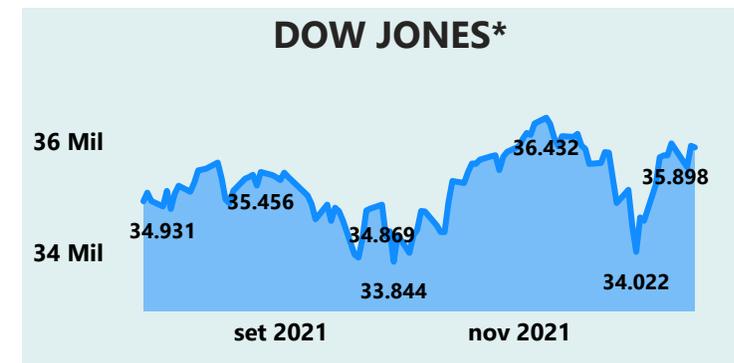
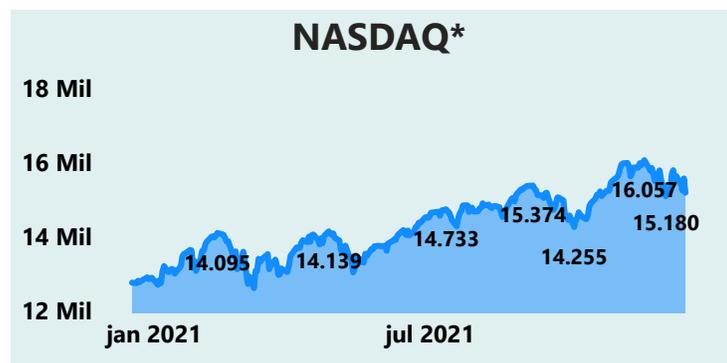
PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-OUT)					
PERÍODO	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
	14.566.356	15.093.577	12.993.844	18.107.987	39,36%

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-SET)					
	2018	2019	2020	2021	Var (20 - 21) %
Ceará	8.515.422	8.700.779	8.418.419	9.315.112	10,65

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.

BOLSAS



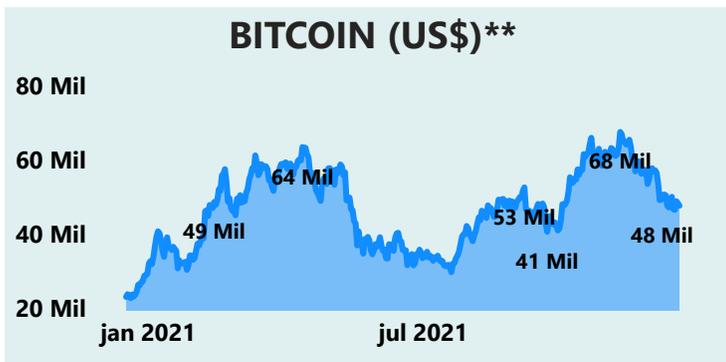
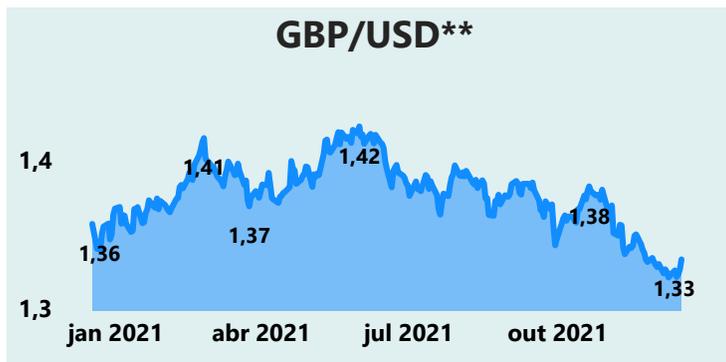
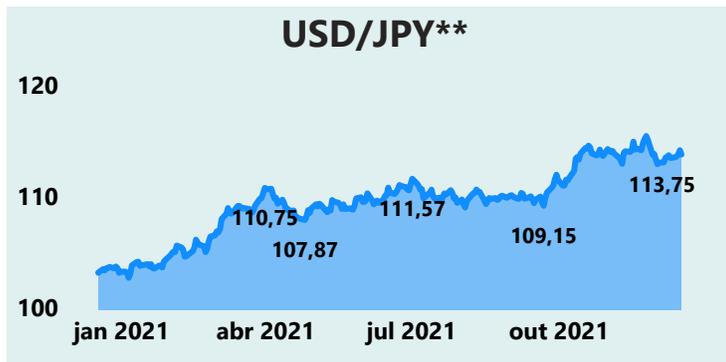
Última data disponível (*)

16/12/2021

Última data disponível (**)

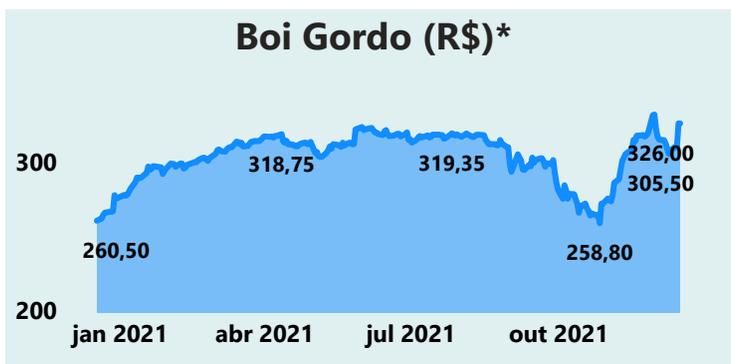
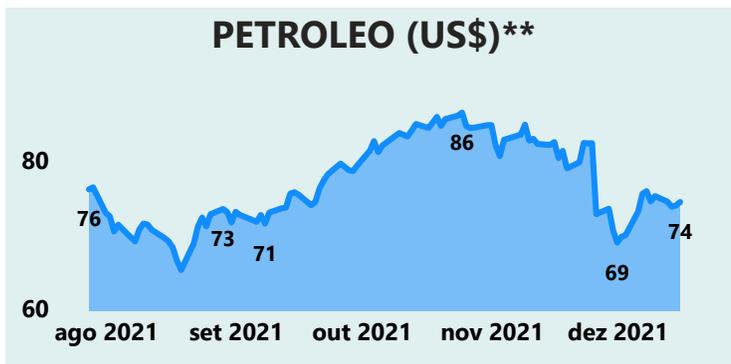
17/12/2021

MOEDAS



Última data disponível (*)
16/12/2021

Última data disponível (**)
17/12/2021

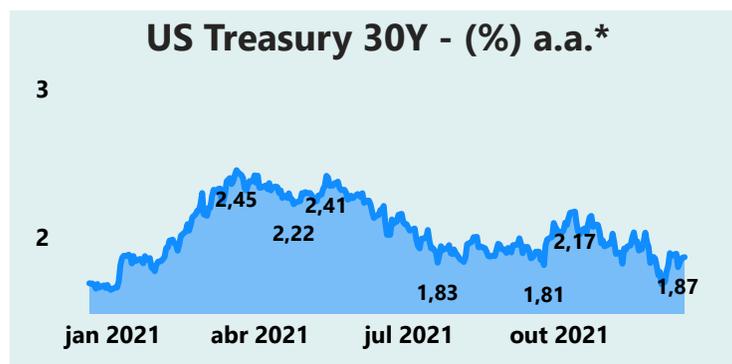
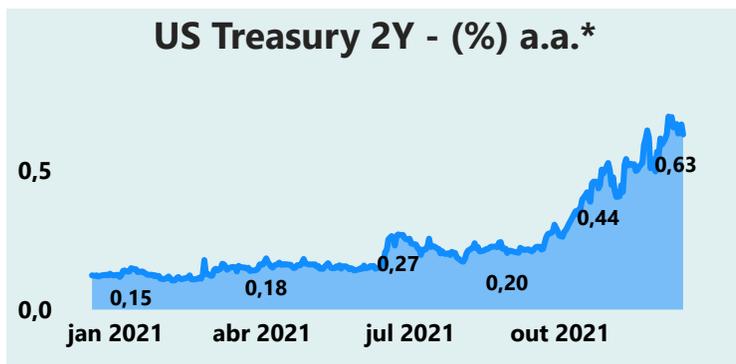


Última data disponível (*)

16/12/21

Última data disponível (**)

17/12/2021

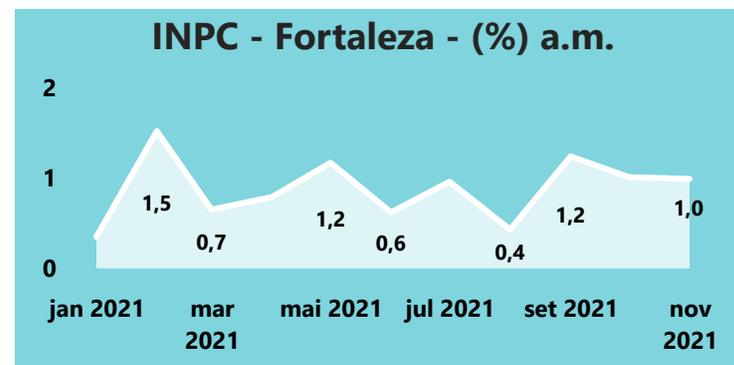
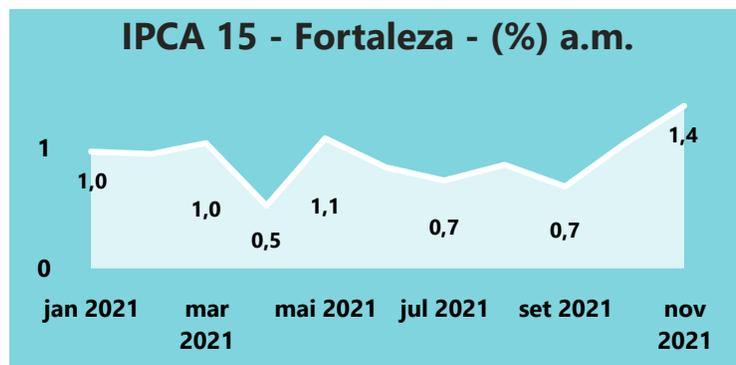
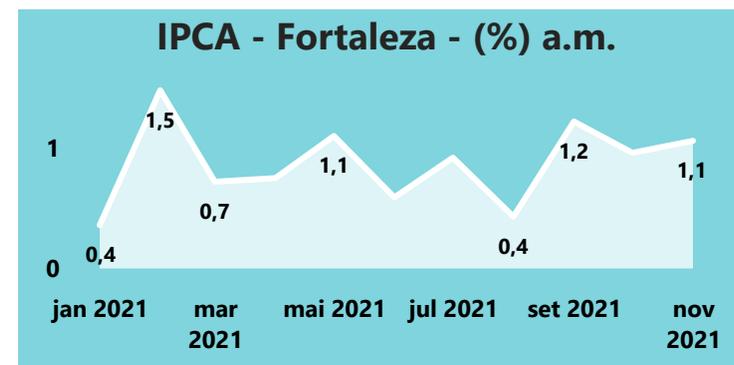
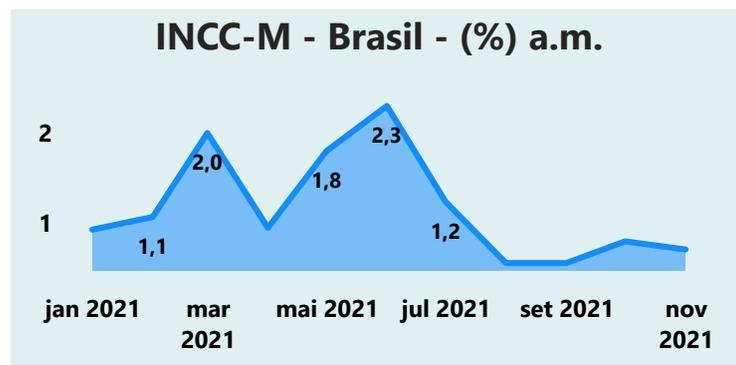
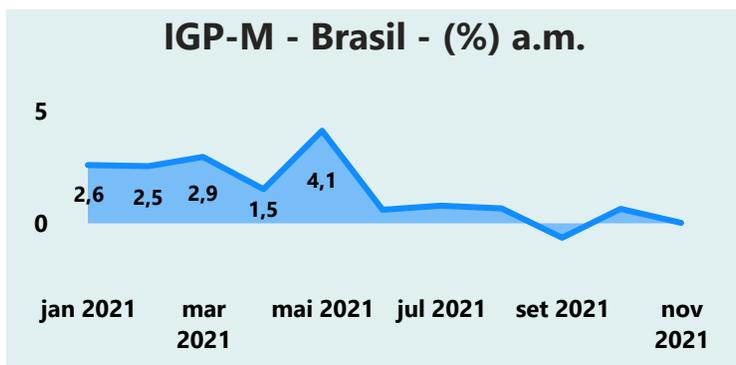
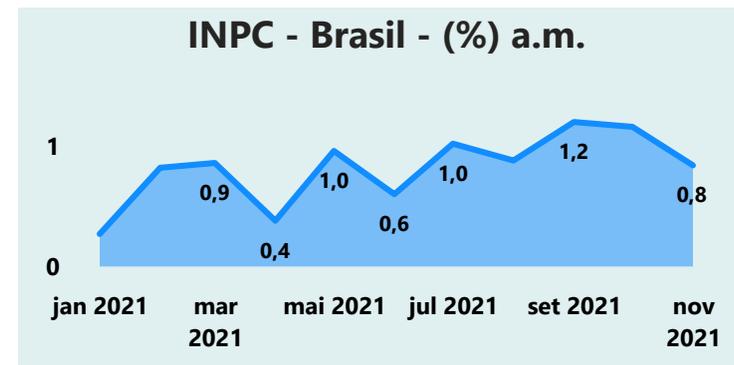
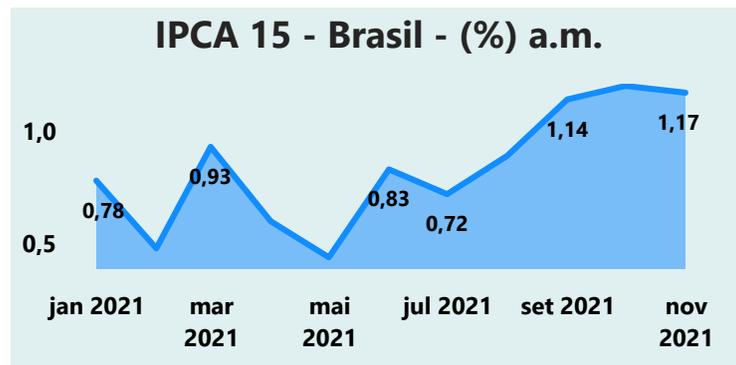
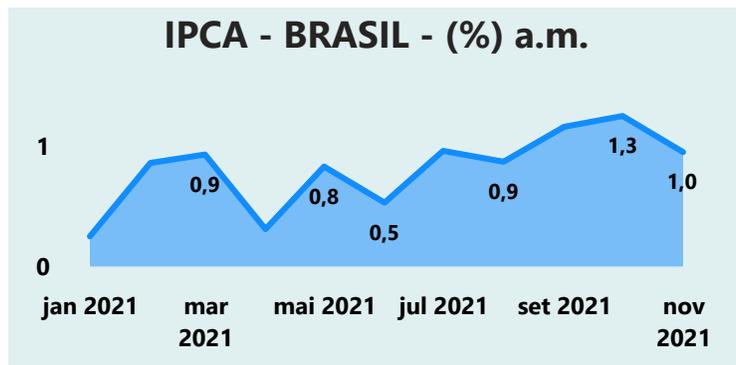


Última data disponível (*)

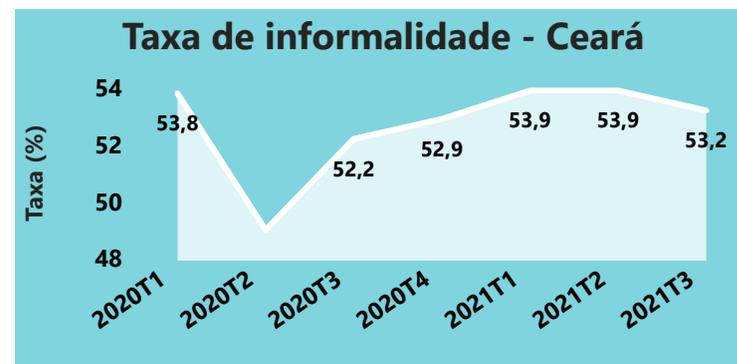
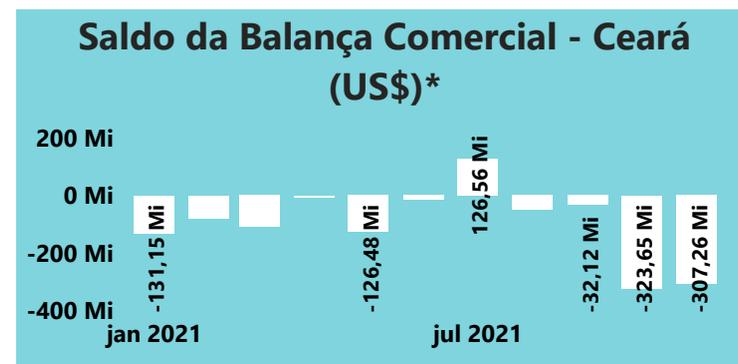
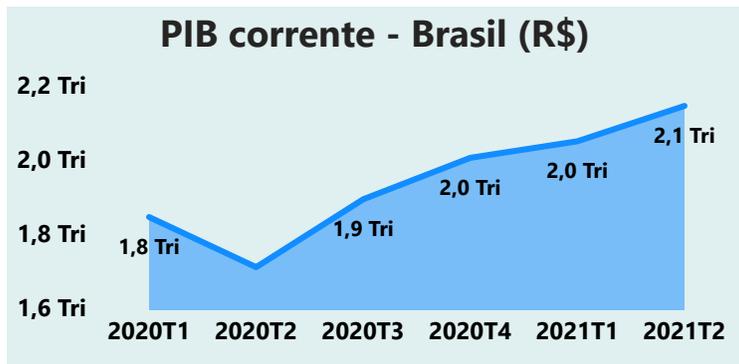
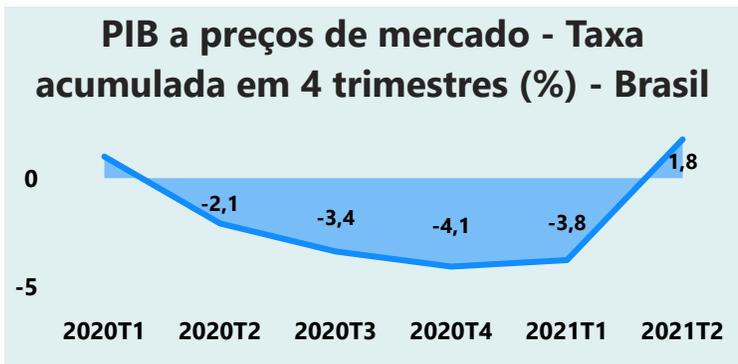
16/12/21

Última data disponível (**)

15/12/21



Índices disponíveis até
2021-11

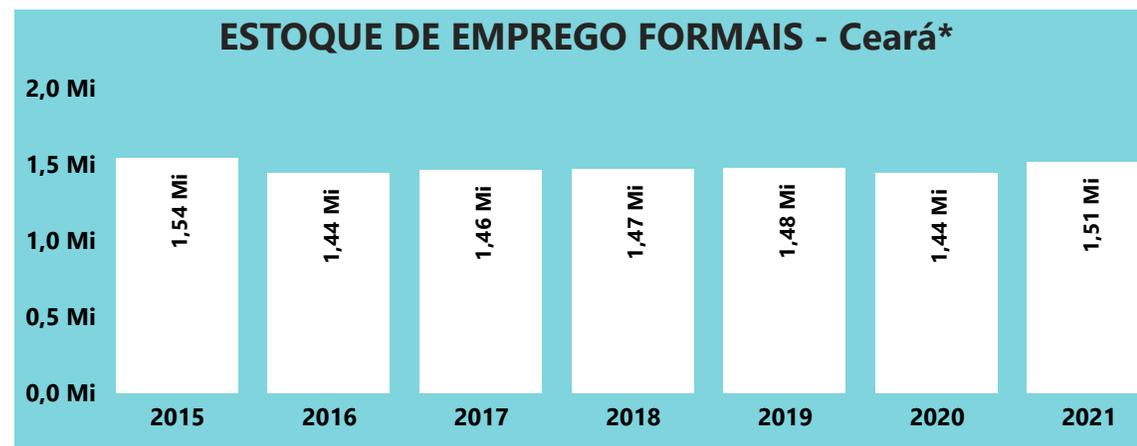
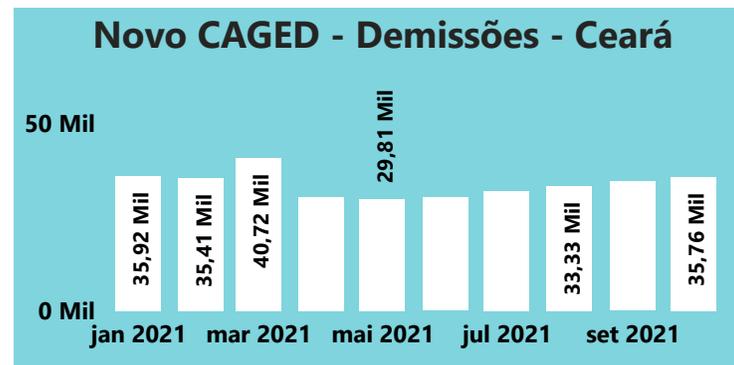
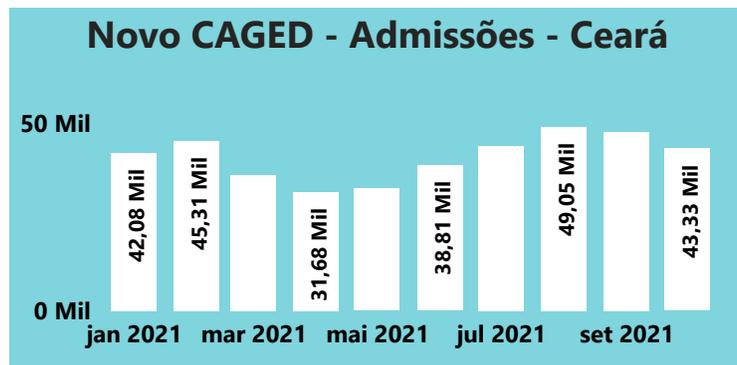


Última data disponível (*)
2021-11



MONITOR SOCIOECÔNOMICO ADECE

MERCADO DE TRABALHO (out/2021)



* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2020 + o saldo das contratações de 2021.

Petróleo (US\$): O petróleo Brent é um petróleo mais leve, negociado na Bolsa de Londres com produção no mar do norte da Europa e na Ásia. Ele é usado como preço de referência no mundo, isto é, quando você ouve ou lê uma notícia sobre o preço do barril de petróleo, o Brent é o mais citado. Ele é negociado em barril (159 litros).

Ouro (US\$): Gold Futures (GC) são negociados na bolsa COMEX, que faz parte do CME (Chicago Mercantile Exchange) Group. Cada contrato Gold Futures (GC) padrão representa 100 onças troy de ouro, que é o peso de um tijolo de ouro.

Prata (US\$): Os contratos futuros de prata representam 5.000 onças troy de prata e operam em dólares americanos por onça. (\$/oz). Os preços dos contratos variam em movimentos de \$0,05, sem limite por sessão e são negociados para os seguintes meses de expiração: janeiro, março, maio, junho, julho, agosto, setembro e dezembro.

Boi Gordo (R\$): O futuro de boi gordo é um ativo financeiro negociado por meio da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa) da B3, e é utilizado como um meio de gestão de risco sobre as oscilações de preços dessa commodity, que é uma das principais do Brasil – país considerado um dos maiores exportadores de carne bovina do mundo. Cada contrato equivale à negociação de 330 arrobas líquidas – sendo que cada arroba líquida equivale a 15 quilos – oriundas do animal que tem essas características. Ou seja, cada contrato negocia o equivalente a 4.950 quilos desse ativo-objeto.

Boi Gordo (US\$): O gado vivo é alimentado até o ponto de pesagem da colheita. Os contratos de gado vivo vêm com entrega física. Cada contrato futuro de gado vivo representa 40.000 libras com uma flutuação de preço mínima de \$ 0,00025 por libra, ou \$ 10 por tick. O contrato é negociado de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 13h05, horário central (CT).

Onça troy: Unidade de peso do sistema *troy*, utilizada na pesagem de metais preciosos, equivale a 31,10349 gramas. Um quilograma equivale a 32,15 onças-troy.